



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Loteria do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Operações

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2023

1 – INTRODUÇÃO

1.1 A LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ, com sede na Rua Sete de Setembro, n.º 170 – Centro/Rio de Janeiro, CEP 20.050-002 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 30.071.351/0001-54, torna público este Edital de Credenciamento Público para pessoas jurídicas qualificadas para desenvolver e explorar os Serviços Públicos Lotéricos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, definindo critérios gerais para a exploração comercial em meio virtual, exclusivamente em ambiente de concorrência, da modalidade lotérica, prevista na legislação vigente, “Apostas Esportivas de Quota Fixa, relativas a eventos reais de temática esportiva”, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo período de até cinco anos, de acordo com as exigências e nos limites e condições estipulados por este Edital.

1.2 As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os participantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e divulgadas por meio eletrônico na internet, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a modificação não alterar os critérios de credenciamento.

1.3 O Edital e seus anexos se encontram disponíveis no *site* da LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ, na página www.loterj.rj.gov.br opção: "Licitações", podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de uma resma de papel A4, 75g/m', de 2ª a 6ª feira, de 9 horas até às 17 horas, junto à Comissão Permanente de Licitação, na Rua Sete de Setembro, nº 170, Centro, Rio de Janeiro- RJ, CEP: 20.050-002.

1.4 As interessadas poderão obter mais esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito e em até 5 (cinco) dias a contar da publicação deste Edital de Credenciamento, no seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, 170 - Centro - Rio de Janeiro - RJ de 09:00 horas até 18:00 horas, ou pelo *e-mail* chamamentopublico_aeqf@loterj.rj.gov.br

1.5 Qualquer cidadão é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou de impugnação a este Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação do Edital no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, através do *e-mail* chamamentopublico_aeqf@loterj.rj.gov.br ou presencialmente na sede da LOTERJ, na Rua Sete de Setembro, 170 - Centro - Rio de Janeiro – RJ, de 09:00 horas até 18:00 horas o seu pedido de Impugnação

1.6 Caberá ao Presidente da LOTERJ ou agente designado por ele responder às impugnações e pedidos de esclarecimento em até 3 (três) dias úteis, com a devida publicidade no portal eletrônico da LOTERJ.

1.7 Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital perante a administração a Interessada que não o fizer até o prazo fixado no item 1.5, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

1.8 A impugnação feita tempestivamente pela Interessada não o impedirá de participar do processo de credenciamento até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

2 – DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O presente Edital tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no desenvolvimento e exploração dos serviços públicos lotéricos, pelo período de até cinco anos, de acordo com as exigências e nos limites e condições estipulados por este Edital, no âmbito territorial do Estado do Rio de Janeiro, definindo critérios gerais para a exploração comercial, em meio virtual, com acesso *online* em dispositivo pessoal ou utilizando aplicativo *mobile* (*Apps*), *web*, *VLT* (*video Lottery Terminal*), *POS* (*Point of Sales*) ou Terminais/*Totens*, exclusivamente em ambiente de concorrência, da Modalidade Lotérica ‘Apostas Esportivas de Quota Fixa, relativas a eventos reais de temática esportiva’, prevista na legislação vigente.

2.2 O objeto será executado segundo o regime de execução indireta de Empreitada por preço unitário, com base no Art. 6º, inciso VIII, alínea “b” da Lei de Licitações.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As receitas advindas da prestação dos serviços objeto do presente Edital possuirão a seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 1.501.23 – RECURSOS PRÓPRIOS

NATUREZA DA RECEITA – 1999992101 – OUTRAS RECEITAS PRIMÁRIAS - PRINCIPAL

3.2. Caberá à Credenciada o pagamento de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de Outorga Fixa, mais 5% (cinco por cento) ao mês do *GGR (Gross Gaming Revenue)* referente à Outorga Variável na modalidade lotérica de Apostas Esportivas de Quota Fixa.

3.2.1 A partir do mês subsequente àquele da publicação do presente Edital, o valor da Outorga Fixa previsto será atualizado pela taxa *IPCA a.m.*, tomando-se por referência inicial da atualização a data de publicação do Edital e, como referência final, a data de início da vigência do Termo de Credenciamento.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste credenciamento as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto a ser contratado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores mantido pela SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

4.2 Não poderão participar deste credenciamento:

a) Pessoas Físicas;

b) Pessoa Jurídica que se encontre em cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta ou Indireta, decorrente do artigo 87, inciso III, e artigo 88, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, ou do artigo 47, da Lei Federal nº 12.462/2011;

c) Pessoa Jurídica que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

d) Pessoa Jurídica que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10, da Lei Federal nº 9.605/1998;

e) Pessoa Jurídica cuja falência haja sido decretada;

f) Pessoa Jurídica que tenha registro de sanção, com efeito impeditivo de participação de licitação ou da contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22, da Lei Federal nº 12.846/2013;

g) Pessoa Jurídica que tenha sido proibida pelo Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, de participar de licitações promovidas pela Administração Pública, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

h) Pessoa Jurídica que esteja proibida de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

i) Pessoa Jurídica que tenha sido proibida de contratar com a Administração Pública em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992;

j) Pessoa Jurídica que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e/ou do Tribunal de Contas da União;

k) Pessoa Jurídica que tenha sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, por desobediência à Lei Federal nº 12.527/2011, nos termos de seu artigo 33, incisos IV e V; ou

l) Pessoas Físicas e Jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

4.3 Uma Interessada, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar um único pedido de credenciamento. Caso uma Interessada, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, participe em mais de uma proposta de credenciamento, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.4. Será permitida a participação de interessadas em regime de Consórcio, na seguinte forma:

4.4.1. Os CONSÓRCIOS deverão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, subscrito por todas as empresas componentes do consórcio, que deverá conter:

- (i) denominação, organização e objetivo do CONSÓRCIO;
- (ii) qualificação das empresas consorciadas;
- (iii) composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- (iv) indicação da pessoa jurídica líder, que deverá ser autorizada pelas outras consorciadas a representá-las e receber instruções em nome do consórcio;
- (v) outorga de poderes das demais consorciadas à empresa líder, expressos, irrevogáveis e irretiráveis para indicar representantes, concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados ao objeto deste Credenciamento;
- (vi) declaração expressa de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação ao presente credenciamento e ao Termo decorrente e como corresponsáveis por todas as obrigações do consórcio;
- (vii) declaração expressa de que as empresas consorciadas não participarão, neste credenciamento, através de outro consórcio ou isoladamente.

4.4.2. No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

4.4.3. Cada Consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos deste Edital.

4.4.4. Será admitido o somatório dos parâmetros indicados pelos participantes do consórcio, quanto à qualificação técnica dos consorciados, na proporção de sua participação percentual no consórcio.

4.4.5. As empresas que venham a submeter-se ao Credenciamento através de Consórcio não poderão pleitear outro Credenciamento, nem como integrantes de outro Consórcio, nem individualmente.

4.4.6 As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, tanto perante a Administração Pública, quanto com terceiros.

4.4.7 Após o Credenciamento, as empresas consorciadas poderão promover a constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE) em conformidade com a legislação vigente para explorar os serviços Lotéricos.

4.4.8 Quando ocorrer a participação de empresas estrangeiras no presente processo de Credenciamento, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes aos exigidos, no que couber, para registro no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) da SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro) e/ou da LOTERJ, atestados por entes públicos do país de origem ou, subsidiariamente, por profissionais inscritos nas associações profissionais advocatícias do país de origem dos documentos e do Brasil, traduzidos, em ambos os casos e quando necessário (sempre que em idioma estrangeiro diverso da língua portuguesa), por tradutor juramentado, devendo ainda estas empresas ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação, responder administrativamente ou judicialmente, juntando os instrumentos de mandato com os documentos da habilitação.

4.4.9. As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016, poderão substituir a necessidade do atestado referido no item acima, pela aposição da apostila de que tratam os artigos 3º e 4º da referida Convenção. A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado quando necessário (sempre que em idioma estrangeiro diverso da língua portuguesa);

4.4.10 As sociedades ou entidades estrangeiras que não funcionam no Brasil deverão apresentar declaração de que, para participar do presente credenciamento, submeter-se-ão à legislação da República Federativa do Brasil, inclusive as disposições do artigo 32, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5 – CREDENCIAMENTO

5.1 As empresas interessadas poderão ser representadas no Processo de Credenciamento por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório público ou particular, desde que outorgado pelo representante legal da empresa com firma reconhecida, com poderes expressos para o seu representante manifestar, inclusive, a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao Credenciamento.

5.2 O representante legal referido no item 5.1 deverá apresentar juntamente com a sua carteira de identidade documento que comprove a representação legal do outorgante.

5.3 Somente os membros da Comissão Permanente de Licitação, designados pelo Presidente da Autarquia, poderão receber os documentos mencionados nos itens 5.1 e 5.2. em meio físico, na Sede da LOTERJ.

5.4 As interessadas poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada a membros da Comissão Permanente de Licitação, a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento do

recebimento das documentações.

5.5 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de uma interessada, sob pena de afastamento do Processo de Credenciamento das participantes envolvidas.

5.6 Serão recebidas documentações encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados nos itens 5.1 e 5.2. A ausência desta documentação implicará de imediato, na impossibilidade de interpor eventual recurso das decisões da Comissão Permanente de licitação, ficando a Interessada impedida de se manifestar durante os trabalhos.

6 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 A Manifestação de Interesse deverá ser encaminhada para o seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, n.º 170 – Centro/Rio de Janeiro, CEP 20.050-002, a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação deste Edital e enquanto perdurar a vigência do credenciamento juntamente com os seguintes documentos:

I- ENVELOPE “A” LACRADO - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2023

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA INTERESSADA

a) Os documentos exigidos no ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverão ser apresentados no original ou cópia, com folhas numeradas (no formato “pág. x de y”) e rubricadas pelo representante legal ou procurador constituído da Interessada.

b) A documentação das empresas estrangeiras que não funcionam no País e quaisquer outros documentos provenientes do exterior deverão estar atestados por entes públicos do país de origem ou, subsidiariamente, por profissionais inscritos nas associações profissionais advocatícias do país de origem dos documentos, traduzidos, em ambos os casos e quando necessário (sempre que em idioma estrangeiro diverso da língua portuguesa), por tradutor juramentado.

b.1) As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016, poderão substituir a necessidade do atestado referido no item acima, pela aposição da apostila de que tratam os artigos 3º e 4º da referida Convenção. A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado quando necessário (sempre que em idioma estrangeiro diverso da língua portuguesa).

c) os documentos de habilitação que estão previstos no item 7 e seus subitens.

6.2 Uma vez recebidos os documentos, a Comissão Permanente de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

6.2.1 Caso o Interessado conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 6.2, com registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, será considerado inabilitado, cabendo ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação declarar tal condição.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 As Interessadas deverão apresentar, juntamente com o formulário de requerimento para Credenciamento (Anexo IX deste Edital), os seguintes documentos de habilitação para participar:

7.1.1 Habilitação Jurídica

7.1.1.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- d.1) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no país, assim declarada, deverá ser apresentada a documentação equivalente de sua matriz, correspondente a registro, licença ou autorização de funcionamento, bem como todos os demais documentos que cumpram com os requisitos legais no país de sua constituição.
- e) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- f) Em se tratando de sociedade cooperativa, ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do art. 18 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Em se tratando de Consórcio, apresentar o Compromisso público ou particular de constituição na forma prescrita no item 4.4.1.

7.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.1.2.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da participante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante, que será realizada da seguinte forma:
- c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd', do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
- c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de negativa, perante o Fisco Estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa Estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que a interessada, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;
- c.2.1) Caso a Interessada esteja estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que a interessada, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;
- c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de a interessada, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;
- d.) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

7.1.3. A Interessada ainda deverá declarar que não lhe foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

- a) Que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem (art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93);
- b) Que não se encontra impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

7.1.4 Além das declarações descritas no item 7.1.3, a interessada deverá apresentar as seguintes declarações:

- a) Declaração que adota todos os procedimentos e práticas internas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo, desenvolvidas de acordo com as exigências descritas na Circular nº 3978/20 pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conformidade com a Lei nº 9.613/98;
- b) Declaração que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- c) Declaração de que não possui em seu quadro funcional ou societário, pessoa que tenha sido, nos últimos 6 (seis) meses, contados da data de apresentação do seu requerimento para credenciamento, servidor ou prestador de serviços terceirizado da LOTERJ;
- d) Declaração de equivalência dos documentos estrangeiros apresentados aos exigidos no Edital (Anexo IV deste Edital);
- e) Declaração, pelas sociedades ou entidades estrangeiras que não funcionam no Brasil, de ciência de submissão à legislação da República Federativa do Brasil (Anexo V deste Edital);
- f) Declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação ao presente credenciamento e ao Termo decorrente e como corresponsáveis por todas as obrigações do consórcio;
- g) Declaração de que as empresas consorciadas não participarão, neste credenciamento, através de outro consórcio ou isoladamente;
- h) Declaração que se compromete a, após assinar o Termo de Credenciamento e efetuar o pagamento da Outorga Fixa, realizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a adesão ao Sistema de Pagamento contratado pela LOTERJ, assim como realizar integração dos seus sistemas com o Meio de Pagamento oficial, sob pena de não poder iniciar a operação dos serviços. Na mesma oportunidade, deverá declarar ter ciência expressa de que a operação total ou parcial dos serviços objeto do credenciamento, a qualquer momento, sem a integração com o sistema de pagamento constitui infração grave do Termo de Credenciamento e das condições impostas pelo Edital, levando à caducidade do credenciamento. (Anexo VIII deste Edital).

7.1.5. Qualificação Econômico-Financeira

7.1.5.1. Declaração de que tem capacidade econômico-financeira e disponibilidade de recursos para realizar o pagamento da taxa de outorga fixa em caso de habilitação para o credenciamento, bem como para prestar a caução exigida dentro das modalidades estabelecidas neste Edital (Anexo VIII deste Edital).

7.1.5.2. Não será causa de inabilitação da Interessada a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

7.1.5.3. A inabilitação da Interessada importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

7.1.6. Qualificação Técnica

7.1.6.1. Declaração própria de que a Interessada, no âmbito do Credenciamento:

- (i) observará e cumprirá as regras de *payout* mínimo fixadas pelo presente Edital de Credenciamento;
- (ii) manterá programa de atendimento ao cliente; e
- (iii) implantará programa de Jogo Responsável, com as ações realizadas, a fim de proteger o apostador com ludopatia.

7.1.6.2. Declarações próprias de que a Interessada, para o pleno cumprimento do objeto do certame:

- a) Possui sistema *online* de apostas de evento que atende a todas as exigências do presente Edital, apto a ser submetido à Prova de Conceito (PoC) para verificação técnica;
- b) Seguirá e observará fielmente os padrões de responsabilidade social corporativa, segurança e integridade;
- c) Observará, na recolha e tratamento de dados pessoais e sensíveis, o cumprimento dos artigos da LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), adotando uma política de proteção de dados e uma política de privacidade dos clientes dos produtos lotéricos LOTERJ objetos deste Credenciamento;
- d) Promoverá internamente o *Compliance* e a gestão de riscos no âmbito do desempenho das atividades de operação, assegurando que haverá um “Programa de Integridade” implementado em conformidade com a legislação vigente, ou similar;
- e) Possui sistema de geolocalização que garante a efetivação das apostas *online* somente no território do Estado do Rio de Janeiro;

f) Adota ações direcionadas ao cumprimento das políticas de jogos responsáveis nos moldes das normas aplicáveis e de acordo com os padrões internacionais preconizados pela *World Lottery Association (WLA)* ou entidades similares, comprometendo-se ainda a buscar a obtenção, caso já não tenha, de certificações internacionais idôneas de jogo responsável;

g) Possui sistema de atendimento ao cliente no regime de 24 horas por 7 dias por semana;

h) Utilizará centros de processamento de dados (*Data Center*) que possuam certificado *ISO9001* e *TIER III e IV*, ou similares.

7.1.6.3. Certidões de nada consta criminais perante as Justiças Federal e Estadual das pessoas físicas dos seus administradores, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e das respectivas Unidades da Federação em que tenham domicílio profissional (local da sede da empresa administrada) e pessoal (domicílio pessoal comprovado), se diferente, apenas se for o caso, de forma a provar a idoneidade da Credenciada.

7.2. Para fins de consulta direta aos documentos de habilitação nesse Processo de Credenciamento, poderá ser apresentado o Certificado de Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Poder Executivo Federal.

7.3. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias corridos, contados de sua expedição.

8 – DOS REQUISITOS TÉCNICOS GERAIS

8.1 A empresa, quando da realização da Prova de Conceito (PoC), deverá apresentar, em versão para demonstração de funcionalidade, a interface da plataforma pela qual pretende explorar o serviço lotérico objeto do presente Edital, nos seguintes modos:

a) usuário cliente final;

b) tipos de usuários LOTERJ e os diferentes níveis de acesso;

c) usuários da empresa credenciada e os diferentes níveis de acesso;

8.2 A plataforma disponibilizada deverá contar com a seguinte Arquitetura:

a) Conteúdo/Interface em português (Brasil) e opções em inglês e espanhol;

b) Interface *web* da solução de acesso pelo cliente deverá ser compatível com os principais navegadores do mercado, sem depender da instalação de *plugin* ou complemento adicional;

c) Interface de usuário amigável e intuitiva;

d) Propiciar registro e guarda de dados compatíveis, de acordo com as melhores práticas de auditoria do mercado financeiro; para tanto, deve possuir um serviço de log, onde todas as ações que causam alteração de dados deverão ser salvas contendo: o estado anterior à mudança, o estado atual, a data da alteração e o usuário que executou a alteração.

8.3 A interessada deverá disponibilizar plataforma eletrônica com meios de acesso via *website*, que deverá contar com solução multicanal, atendendo os Sistemas *mobile* e *desktop*. A interessada ainda deverá declarar, por ocasião da PoC, que colocará “*APP*” nas principais lojas virtuais, de modo gratuito, após a devida certificação do credenciamento.

8.4 A interessada deverá garantir que os modelos de acessos à plataforma ofereçam uma interação eficiente com o sistema de meios de pagamentos contratado pela LOTERJ.

8.5 A plataforma da interessada deve garantir que os créditos da carteira virtual do apostador possam ser adquiridos utilizando as formas disponíveis pelo sistema de pagamentos contratado pela LOTERJ. A interessada deverá, ainda, demonstrar na Prova de Conceito a operação de aposta utilizando o crédito da carteira virtual.

8.6. O trâmite de recebimento pelo usuário de prêmios dos jogos deve assegurar um fluxo de pagamento eficiente que respeite a ordem cronológica de aprovações, sendo as supracitadas informações abertas e disponíveis para consulta através do sistema de meios de pagamentos contratado pela LOTERJ.

8.7. A plataforma deverá demonstrar que obedece a regra de *rollover*, condicionando o saque/*cash out* a pelo menos uma utilização/aposta do recurso no sistema.

8.8. Deverá a plataforma apresentar processos definidos para identificação de operações suspeitas e informação aos órgãos competentes acerca de eventuais e potenciais ataques à integralidade dos dados e/ou confiabilidade do sistema, podendo a LOTERJ vetar ou inserir esses processos. A empresa interessada deverá, ainda, demonstrar a funcionalidade dos mecanismos de detecção de fraudes adotados.

8.9 Deverá a plataforma apresentar processos definidos de geolocalização que impeçam operações de apostas fora dos limites territoriais do Estado do Rio de Janeiro, mediante bloqueio de acesso.

9 – DA PROVA DE CONCEITO – PoC

9.1 A Prova de Conceito ocorrerá, de forma presencial, na Sede da LOTERJ, após a fase de habilitação documental.

9.2 A fase de Prova de Conceito consistirá na apresentação de uma amostra da comercialização e operação online (meios virtuais) dos serviços públicos lotéricos objeto deste Processo de Credenciamento; e dar-se-á em ambiente de homologação, onde serão demonstrados a os requisitos mínimos especificados neste Edital para fins de homologação da plataforma através da qual a interessada no Credenciamento ofertará jogos de Apostas Esportivas de Quota Fixa, com verificação dos seguintes elementos essenciais pela LOTERJ:

9.2.1 Requisitos do Sistema:

9.2.1.1. Em relação aos requisitos do Relógio do Sistema:

a) Relógio do Sistema: o Sistema de Apostas de Eventos deve manter um relógio interno que garanta a data e hora atuais que serão utilizados para fornecer as seguintes informações:

- (i) registro de data e hora de todas as transações e eventos;
- (ii) registro de data e hora de eventos relevantes; e
- (iii) referência de hora para relatórios.

b) Sincronização de Tempo: o Sistema de Apostas de Eventos deverá ser equipado com um mecanismo para garantir que a data e hora entre todos os componentes que compõem o sistema estejam sincronizadas.

9.2.1.2. Em relação aos requisitos do Programa de Controle:

a) Auto Verificação do Programa de Controle: o Sistema de Aposta de Evento deverá ser capaz de verificar, após a instalação, se todos os componentes críticos do programa de controle contidos no sistema são cópias autênticas dos componentes aprovados do sistema, pelo menos uma vez a cada 24 horas e quando solicitado usando um método aprovado pelo Credenciante. O mecanismo de autenticação do programa de controle crítico deve:

- (i) empregar um algoritmo de *hash* que produza um *digest* da mensagem de pelo menos 128 bits;
- (ii) incluir todos os componentes críticos do programa de controle que poderão afetar as operações de jogos, incluindo, mas não limitado a, executáveis, bibliotecas, jogos ou configurações de sistema, arquivos de sistema operacional, componentes que controlam sistema de geração de relatórios e elementos de banco de dados que afetam a operação do sistema; e
- (iii) fornecer uma indicação da falha de autenticação se algum componente crítico do programa de controle crítico for considerado inválido.

b) Verificação Independente do Programa de Controle: cada componente crítico do programa de controle do Sistema de Aposta de Evento deverá ter um método para ser verificado por meio de um procedimento independente de verificação de terceiros. O processo de verificação de terceiros deverá operar independentemente de qualquer processo ou software de segurança dentro do sistema. A Comissão de Avaliação de Prova de Conceito da LOTERJ, antes da aprovação do sistema, deverá aprovar o método de verificação de integridade.

c) Desligamento e Recuperação: o Sistema de Aposta de Evento deve ser capaz de executar um desligamento normal e somente permitir o reinício automático após a execução dos procedimentos a seguir, ao ligar, como mínimo:

- (i) rotina(s) de retomada do programa, incluindo autotestes, concluída(s) com sucesso;
- (ii) todos os componentes críticos do programa de controle do sistema foram autenticados usando um método aprovado pelo Credenciante; e
- (iii) a comunicação com todos os componentes necessários para a operação do sistema foi estabelecida e autenticada de forma semelhante.

9.2.1.3. Em relação à Gestão de Apostas: o Sistema de Aposta de Evento deverá ter a capacidade de suspender o seguinte, sob demanda:

- (i) Todas as atividades de Aposta;
- (ii) eventos individuais;
- (iii) mercados individuais;
- (iv) dispositivos de apostas individuais; e
- (v) logins de jogadores individuais.

9.2.1.4. Em relação à Gestão da Conta do Jogador:

a) Registro e Verificação: deverá ser disponibilizada um meio para coletar informações do jogador antes do registro de uma conta de jogador. Quando o registro e a verificação da conta do jogador forem disponibilizados pelo Sistema de Apostas de Eventos, seja diretamente pelo sistema ou em conjunto com o software de um prestador de serviços terceirizado, os seguintes requisitos deverão ser atendidos:

- (i) apenas jogadores com a idade legal para jogar, conforme estipulado pela jurisdição, poderão se registrar para uma conta de jogador. Qualquer pessoa que informar uma data de nascimento que indique que é menor de idade deverá ser negada ao se registrar para uma conta de jogador;
- (ii) efetuar a verificação de identidade antes que um jogador seja autorizado a fazer uma aposta. Prestadores de serviços terceirizados para verificação de identidade poderão ser usados, conforme permitido pelo Credenciante;
 - (ii.1) a verificação da identidade deverá autenticar o nome, o endereço físico e a idade do indivíduo, no mínimo, conforme exigido pelo Credenciante;
 - (ii.2) a verificação da identidade também deverá verificar se o jogador não está em nenhuma lista de exclusão mantida pelo operador ou pelo Credenciante ou proibido de estabelecer ou manter uma conta por qualquer outro motivo;
 - (ii.3) detalhes da verificação de identidade deverão ser mantidos de maneira segura;
- (iii) a conta do jogador só poderá ser ativada depois que a verificação de idade e identidade forem concluídas com sucesso; que estiver comprovado que o jogador não está em nenhuma lista de exclusão ou mesmo proibido de estabelecer ou manter uma conta por qualquer outro motivo, o jogador aceita as políticas de privacidade e os termos e condições necessários, e o registro da conta do jogador estiver completo;
- (iv) um jogador só poderá ter uma conta de jogador ativa por vez, a menos que seja especificamente autorizado pelo Credenciante;
- (v) o sistema deve ter a funcionalidade de atualização de senhas, informações de registro e a conta usada para transações financeiras de cada jogador. Um processo de autenticação multifatorial deverá ser empregado para estes fins.

b) Acesso do Jogador: um jogador acessa sua conta de jogador usando um nome de usuário (ou similar) e uma senha ou um meio alternativo seguro para o jogador realizar autenticação para acessar o Sistema de Apostas de Eventos. Os métodos de autenticação estão sujeitos ao critério do Credenciante, conforme necessário. O requisito não proíbe a opção de disponibilizar mais de um método de autenticação para um jogador acessar sua conta:

- (i) se o sistema não reconhecer o nome de usuário e/ou senha quando inserido, uma mensagem explicativa deverá ser exibida ao jogador, solicitando que insira novamente as informações;
- (ii) quando um jogador esquecer seu nome de usuário e/ou senha, um processo de autenticação multifatorial deverá ser utilizado para a recuperação do nome de usuário/redefinição da senha;
- (iii) as informações do saldo atual da conta e as opções de transação devem estar disponíveis para o jogador uma vez autenticado,
- (iv) o sistema deverá possibilitar que uma conta seja bloqueada no caso de ser detectada atividade suspeita (por exemplo, muitas tentativas mal sucedidas de *login*). Um processo de autenticação multifatorial deverá ser utilizado para desbloquear a conta.

c) Inatividade do Jogador: para contas de jogadores acessadas remotamente para apostas ou gerenciamento de conta, após 30 minutos de inatividade naquele dispositivo, ou um período determinado pelo Credenciante, o jogador deverá ser autenticado novamente para acessar sua conta de jogador:

- (i) nenhuma aposta ou transação financeira terá acesso permitido no dispositivo até que o jogador seja autenticado novamente;
- (ii) um meio mais simples poderá ser oferecido ao jogador para a reautenticação no dispositivo, como autenticação em nível de sistema operacional (por exemplo, biometria) ou um Número de Identificação Pessoal (PIN). Outros meios de reautenticação deverão ser avaliados, caso a caso, pela Comissão de Avaliação de Prova de Conceito da LOTERJ;
 - (ii.1) esta funcionalidade poderá ser desativada baseada nas preferências do jogador e/ou do Credenciante;
 - (ii.2) uma vez a cada trinta dias, ou em um período determinado pelo Credenciante, o jogador será solicitado a se autenticar, informando todos os dados novamente, no dispositivo.

d) Limitações e Exclusões: o Sistema de Apostas de Evento deverá ser capaz de acatar corretamente quaisquer limitações e/ou exclusões estabelecidas pelo jogador e/ou operador, conforme exigido pelo Credenciante:

- (i) quando o sistema possuir a funcionalidade de gerenciar diretamente as limitações e/ou exclusões, os requisitos aplicáveis nas seções "Limitações e Exclusões", deste documento, deverão ser avaliados;
- (ii) as limitações configuradas pelo jogador não deverão anular as limitações impostas pelo operador, se estas forem mais restritivas. As limitações mais restritivas deverão ser as prioritárias; e
- (iii) as limitações não deverão ser comprometidas por eventos de status internos, como pedidos de exclusão feitos pelo jogador e revogações.

e) Manutenção de Fundos do Jogador: quando as transações financeiras forem processadas automaticamente pelo Sistema de Apostas de Eventos, os seguintes requisitos deverão ser atendidos:

- (i) o sistema deve confirmar/negar todas as transações financeiras iniciadas;
- (ii) depósitos na conta de um jogador poderão ser feitos por meio de uma transação com cartão de crédito ou outros métodos que ofereçam uma trilha de auditoria robusta;

- (iii) os fundos estarão disponíveis para apostas somente após receber do emissor ou o emissor fornecer um número de autorização, indicando que os fundos estão autorizados. O número de autorização deverá ser mantido em um log de auditoria;
- (iv) os pagamentos de uma conta de jogador (incluindo transferência de fundos) deverão ser efetuados diretamente para uma conta em nome do jogador em uma instituição financeira ou encaminhar para o endereço do jogador o pagamento usando um serviço de entrega seguro ou por outro método que não seja proibido pelo Credenciante. O nome e endereço deverão ser os mesmos que informados nos detalhes de registro do jogador;
- (v) se um jogador iniciar uma transação na conta de jogador e essa transação exceder os limites estabelecidos pelo operador e/ou pelo Credenciante, esta transação somente poderá ser processada desde que o jogador seja claramente notificado de que será permitida uma transação de um valor menor que o solicitado; e
- (vi) não será permitido transferir fundos entre duas contas de jogador.

f) Histórico de Transações ou Extrato de Conta: o Sistema de Aposta de Evento deverá fornecer um registro de transações ou um extrato de conta ao jogador quando solicitado. As informações enviadas deverão ser suficientes para permitir ao jogador reconciliar o registro ou o extrato contra seus próprios registros financeiros. As informações a serem fornecidas deverão incluir, no mínimo, detalhes sobre os seguintes tipos de transações:

- (i) transações financeiras (com registro de data/hora e com um ID de transação exclusivo):
 - (i.1) depósitos efetuados na conta do jogador;
 - (i.2) saques efetuados na conta do jogador;
 - (i.3) créditos promocionais ou bônus adicionados/sacados da conta do jogador (exceto os créditos ganhos nas apostas);
 - (i.4) ajustes ou modificações manuais efetuados na conta do jogador (por exemplo, devido a reembolsos);
- (ii) transações de aposta:
 - (ii.1) número de identificação exclusivo da aposta;
 - (ii.2) a data e hora em que a aposta foi feita;
 - (ii.3) a data e a hora em que o evento começou e terminou ou é esperado que ocorra, para eventos futuros (se conhecidos);
 - (ii.4) a data e a hora em que os resultados foram confirmados (em branco até a confirmação);
 - (ii.5) todas as escolhas do jogador envolvidas na aposta, incluindo a linha do mercado, seleção de aposta e qualquer condição especial aplicada à aposta;
 - (ii.6) os resultados da aposta (em branco até a confirmação);
 - (ii.7) montante total apostado, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
 - (ii.8) montante total ganho, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
 - (ii.9) comissão ou taxas recolhidas (se aplicável); e
 - (ii.10) a data e hora em que a aposta ganhadora foi paga ao jogador.

g) Programas de Fidelidade do Jogador: programas de fidelidade de jogadores são quaisquer programas que oferecem incentivos para os jogadores, normalmente baseados no volume da aposta ou valores recebidos de um jogador. Se os programas de fidelidade do jogador forem oferecidos pelo Sistema de Apostas de Eventos, os seguintes princípios deverão ser aplicados:

- (i) Os prêmios deverão estar igualmente disponíveis para todos os jogadores que atingirem o mesmo nível definido de qualificação, com base nos pontos de fidelidade;
- (ii) o resgate dos pontos de fidelidade ganhos deverá ser uma transação segura que debita automaticamente o saldo dos pontos pelo valor do prêmio resgatado; e
- (iii) todas as transações referentes a pontos de fidelidade do jogador deverão ser registradas pelo sistema.

9.2.1.5. Em relação aos requisitos de Localização para Apostas Remotas:

a) Prevenção de Fraude de Localização: o Sistema de Apostas de Eventos deverá possuir um mecanismo para detectar o uso de *software* de *desktop* remoto, *rootkits*, virtualização e/ou quaisquer outros programas identificados como tendo a capacidade de contornar a detecção da localização. Para tal, deverá seguir as melhores práticas de medidas de segurança para:

- (i) detectar e bloquear a fraude de dados de localização antes de concluir cada aposta (por exemplo, aplicativos de localização falsos, máquinas virtuais, programas de área de trabalho remota, etc.);
- (ii) verificar o endereço IP de cada conexão de dispositivo de apostas remoto a uma rede, para garantir que uma rede privada virtual (VPN) ou serviço *proxy* não esteja em uso;
- (iii) detectar e bloquear dispositivos que indicam violação ao nível do sistema (por exemplo, *root*, *jailbreaking*, etc);
- (iv) Impedir ataques do tipo "*man-in-the-middle*" ou técnicas de *hacking* semelhantes e evitar a manipulação de código;
- (v) utilizar mecanismos de detecção e bloqueio verificáveis para um nível de aplicativo; e
- (vi) monitorar e evitar apostas feitas por uma única conta de jogador a partir de locais geograficamente inconsistentes (por exemplo, foram identificados locais de posicionamento de apostas que seriam impossíveis de viajar no período relatado).

b) Detecção de Localização para Apostas Remotas em uma *WLAN*: quando as apostas remotas ocorrerem através de uma Rede de Área Local sem Fio (*WLAN*), o Sistema de Apostas de Eventos deverá incorporar um dos seguintes métodos que podem rastrear as localizações de todos os jogadores conectados à *WLAN*:

(i) um serviço ou aplicativo de detecção de localização em que cada jogador deverá passar por uma verificação de localização antes de iniciar cada aposta. Este serviço ou aplicativo deverá atender aos requisitos especificados na próxima seção “Detecção de localização para apostas remotas pela Internet”; ou

(ii) um componente de detecção de localização que detecta em tempo real quando algum jogador não está mais na área permitida e impeça que outras apostas sejam feitas. Isto poderá ser feito utilizando *hardware* de *TI* específico, como antenas direcionais, sensores *Bluetooth* ou outros métodos a serem avaliados caso a caso pela Comissão de Avaliação de Prova de Conceito da LOTERJ.

c) Detecção de Localização para Apostas Remotas pela Internet: quando apostas remotas ocorrerem pela Internet, o Sistema de apostas de eventos deve incorporar um serviço ou aplicativo de detecção de localização para detectar e monitorar corretamente a localização de um jogador que tentar fazer uma aposta; e monitorar e bloquear todas as tentativas não autorizadas de fazer uma aposta:

(i) cada jogador deve passar por uma verificação de localização antes de completar a primeira aposta após o login em um dispositivo de apostas remoto específico. As verificações de localização subsequentes nesse dispositivo devem ocorrer antes de concluir as apostas após um período de 30 minutos desde a verificação da localização anterior, ou conforme especificado pelo Credenciante:

(i.1) se a verificação de localização indicar que o jogador está fora dos limites permitidos ou não conseguir localizar o jogador, a aposta será rejeitada e o jogador será notificado sobre isso;

(i.2) um registro deverá ser gravado com a data/hora informada, sempre que uma violação de localização for detectada, incluindo o *ID* único do jogador e a localização encontrada;

(ii) um método de geolocalização deverá ser utilizado para fornecer a localização física de um jogador e um raio de confiança associado. O raio de confiança deverá estar localizado inteiramente dentro do limite permitido;

(iii) fontes de dados de localização precisa (*e.g. Wi-Fi, GSM, GPS*) deverão ser utilizadas pelo método de geolocalização para confirmar a localização do jogador. Se a única fonte de dados de localização disponível de um dispositivo de apostas remoto for um endereço *IP*, os dados de localização de um dispositivo móvel registrado na conta do jogador poderá ser usado como uma fonte de dados de localização alternativa nas seguintes condições:

(iii.1) o dispositivo de apostas remoto (onde a aposta está sendo feita) e o dispositivo móvel deverão estar próximos um do outro;

(iii.2) se permitido pelo Credenciante, os dados de localização, com base na operadora de um dispositivo móvel, poderão ser usados se nenhuma outra fonte de dados de localização além de de endereços *IP*, estiver disponível;

(iv) o método de geolocalização deverá possuir a capacidade de controlar se o raio de precisão da fonte de dados de localização está permitida sobrepor ou exceder as zonas de segurança definidas ou o limite permitido; e

(v) para mitigar e contabilizar as discrepâncias entre as fontes de mapeamento e variações nos dados geoespaciais, polígonos de limite com base em mapas auditados e aprovados pelo Credenciante, bem como dados de localização de sobreposição, polígonos de limite deverão ser utilizados.

9.2.1.6. Em relação às Informações a Serem Mantidas:

a) Retenção de Dados e Informações de Data/Hora: o Sistema de Apostas de Eventos deverá ser capaz de manter e fazer *backup* de todos os dados conforme exposto nesta seção:

(i) o relógio do sistema deverá ser utilizado para obter todas as informações de data/hora;

(ii) o sistema deverá fornecer um mecanismo para exportar os dados para fins de análise e auditoria/verificação (por exemplo, *CSV, XLS*).

b) Informações do Registro de Apostas: para cada aposta individual feita pelo jogador, as informações a serem mantidas e contidas em *backups* pelo Sistema de Apostas de Eventos deverão incluir:

(i) a data e hora em que a aposta foi feita;

(ii) qualquer escolha de jogador envolvida na aposta:

(ii.1) linha de mercado e quotas (por exemplo, apostas simples, apostas de margens, valores a mais/menos, *win/place/show*, etc.);

(ii.2) seleção de aposta (por exemplo, nome e número do atleta ou da equipe);

(ii.3) qualquer condição especial aplicada à aposta;

(iii) os resultados da aposta (em branco até a confirmação);

(iv) valor total apostado, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);

(v) valor total ganho, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);

(vi) retenções e tributos;

(vii) a data e hora em que a aposta ganhadora foi paga ao jogador;

(viii) número de identificação exclusivo da aposta;

- (ix) identificação do usuário ou identificação exclusiva do dispositivo de apostas que emitiu o cupom de aposta (se aplicável);
- (x) informações relevantes de localização;
- (xi) identificadores de evento e mercado;
- (xii) status da aposta atual (ativa, cancelada, não resgatada, pendente, anulada, inválida, resgate em andamento, resgatada, etc.);
- (xiii) identificação de usuário exclusiva para apostas realizadas usando uma conta de jogador;
- (xiv) período de resgate; e
- (xv) campo de texto aberto para que o atendente informe a descrição do jogador ou arquivo de imagem (se aplicável).

c) Informações de Mercado: para cada mercado individual disponível para apostas, as informações a serem mantidas e contidas em backups pelo Sistema de Apostas de Eventos deverão incluir:

- (i) a data e hora em que o período de apostas começou e terminou;
- (ii) a data e a hora em que o evento começou e terminou ou é esperado que ocorra, para eventos futuros (se conhecidos);
- (iii) a data e a hora em que os resultados foram confirmados (em branco até a confirmação);
- (iv) quantia total de apostas coletadas, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
- (v) as linhas de quotas que estavam disponíveis durante a duração de um mercado (com registro de tempo) e o resultado confirmado (ganho/perda/empate);
- (vi) quantia total de ganhos pagos a jogadores, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
- (vii) quantia total de apostas anuladas ou canceladas, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
- (viii) retenções ou tributos;
- (ix) status do evento (em andamento, finalizado, confirmado etc); e
- (x) identificadores de evento e mercado.

d) Informações de Competição/Torneio: para os Sistemas de Apostas de Eventos que suportam competição/torneio, as informações a serem mantidas e contidas em *backups* pelo Sistema de Apostas de Eventos devem incluir para cada competição/torneio:

- (i) nome da competição/torneio;
- (ii) data/hora em que a competição/torneio ocorreu ou irá ocorrer (se conhecido);
- (iii) identificação exclusiva do jogador e nome de cada jogador registrado, valor de entrada pago e a data de pagamento;
- (iv) identificação de jogador exclusiva de cada jogador vencedor, quantia de taxa de entrada paga e a data paga;
- (v) valor total cobrado de taxas de inscrição, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
- (vi) valor total de ganhos pagos aos jogadores, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
- (vii) retenções ou tributos; e
- (viii) status de competição/torneio (em andamento, concluído etc).

e) Informações da Conta do Jogador: para os Sistemas de Apostas de Eventos que suportam gerenciamento de conta de jogador, as informações a serem mantidas e contidas em backups pelo Sistema de Apostas de Eventos devem incluir o seguinte:

- (i) ID único do jogador e nome do jogador;
- (ii) dados do jogador (incluindo método de verificação);
- (iii) data em que o jogador aceitou os termos e condições do operador e a política de privacidade;
- (iv) detalhes da conta e saldo atual;
- (v) campo de texto aberto para que o atendente informe a descrição do jogador ou arquivo de imagem (se aplicável);
- (vi) contas anteriores, se houver, e motivo para desativação;
- (vii) a data e a forma em que a conta foi registrada (por exemplo, remoto ou no local); e
- (viii) a data e hora do último login;
- (ix) informações sobre exclusões/limitações, conforme exigido pelo Credenciante:
 - (ix.1) a data e hora em que foi solicitado (se aplicável);
 - (ix.2) descrição e motivo da exclusão/limitação;
 - (ix.3) tipo de exclusão/restrrição (por exemplo, exclusão imposta pelo operador, restrição imposta pelo jogador);
 - (ix.4) data de início da Exclusão/limitação (se aplicável);
 - (ix.5) data de fim da Exclusão/limitação (se aplicável);
- (x) informações sobre transações financeiras;
 - (x.1) tipo de transação (por exemplo, depósito, saque, ajuste);
 - (x.2) data/hora da transação;
 - (x.3) ID único da transação;
 - (x.4) valor da transação;

- (x.5) saldo total antes/depois da transação;
- (x.6) valor total de tributos pagos pela transação;
- (x.7) identificação do usuário ou identificação exclusiva do dispositivo que processou a transação (se aplicável);
- (x.8) status da transação (pendente, confirmada etc);
- (x.9) forma de depósito/saque (exclusivamente meio de pagamento);
- (x.10) número de autorização de depósito; e
- (x.11) informações relevantes de localização.

f) Informações sobre Promoções/Bônus: para os Sistemas de Apostas de Eventos que suportam promoções e/ou bônus que são resgatados em dinheiro, créditos para apostar ou mercadorias, as informações a serem mantidas e backupeadas pelo Sistema de Apostas de Eventos devem incluir para cada promoção/bônus:

- (i) a data e hora em que o período promocional/de bônus começou e terminou ou terminará (se conhecido);
- (ii) saldo atual para promoção/bônus;
- (iii) valor total de promoções/bônus emitidos;
- (iv) valor total de promoções/bônus resgatados;
- (v) valor total de promoções/bônus expirados;
- (vi) valor total de ajustes de promoções/bônus; e
- (vii) identificação exclusiva da promoção/bônus.

g) Informações de Eventos Relevantes: as informações de Eventos Relevantes a serem mantidas e backupeadas pelo Sistema de Apostas de Eventos devem incluir:

- (i) tentativas de login mal sucedidas;
- (ii) erros de programa ou incompatibilidade de autenticação;
- (iii) períodos significantes de indisponibilidade de qualquer componente crítico do sistema;
- (iv) valores ganhos que excedem um valor determinado pelo Credenciante (individual e em conjunto, ao longo de um período de tempo pré-definido), incluindo informações de registro de apostas;
- (v) valores apostados que excedem um valor determinado pelo Credenciante (individual e em conjunto, ao longo de um período de tempo pré-definido), incluindo informações de registro de apostas;
- (vi) Sistemas vencidos (caducados), alterações e correções;
- (vii) alterações em arquivos de dados ativos que foram efetuados fora da execução normal do programa e do sistema operacional;
- (viii) alterações feitas na biblioteca de dados de *download*, incluindo inclusão, alteração ou exclusão de *software*, quando suportado;
- (ix) alterações no sistema operacional, banco de dados, rede e políticas da aplicação e parâmetros;
- (x) mudanças na data/hora do servidor mestre que controla o relógio do sistema;
- (xi) alterações nos critérios previamente estabelecidos para um evento ou mercado (não incluindo alterações de linhas de quotas para mercados ativos);
- (xii) mudanças nos resultados de um evento ou mercado;
- (xiii) mudanças nos parâmetros de promoção e/ou bônus;
- (xiv) gerenciamento da Conta do Jogador:
 - (xiv.1) ajustes no saldo da conta do jogador;
 - (xiv.2) alterações feitas nos dados do jogador e informações confidenciais registradas em uma conta de jogador;
 - (xiv.3) desativação da conta do jogador;
 - (xiv.4) transações financeiras de valores que excedem um valor determinado pelo Credenciante (únicas e em conjunto ao longo de um período de tempo), incluindo informações da transação;
- (xv) perda irrecuperável de informações confidenciais;
- (xvi) qualquer outra atividade que requeira intervenção do usuário e que tenha ocorrido fora do escopo normal da operação do sistema; e
- (xvii) outros eventos relevantes ou incomuns que forem considerados aplicáveis pelo Credenciante.

h) Informações de Acesso do Usuário: para cada conta de usuário, as informações a serem mantidas e backupeadas pelo Sistema de Apostas de Eventos deverão incluir:

- (i) nome do funcionário e cargo ou posição;
- (ii) identificação do usuário;
- (iii) lista completa e descrição das funções que cada grupo ou conta de usuário poderá executar;
- (iv) data/hora em que a conta foi criada;
- (v) data/hora do último login;
- (vi) data/hora da última alteração de senha;
- (vii) data/hora em que a conta foi desabilitada/desativada; e
- (viii) grupo ao qual a conta do usuário está vinculada (se aplicável).

9.2.1.7. Em relação aos Requisitos de Relatório:

a) Requisitos Gerais de Relatórios: o Sistema de Apostas de Eventos deverá ser capaz de fornecer as informações necessárias para gerar relatórios conforme exigido pelo Credenciante. Além de atender os requisitos da seção acima "Retenção de dados e Informação de Data/Hora", os seguintes requisitos deverão ser observados na geração dos relatórios necessários:

- (i) o sistema deverá ser capaz de fornecer as informações necessárias para geração de relatório sempre que for solicitado e por intervalos exigidos pelo Credenciante, incluindo, mas não limitado a, diariamente, começo do mês até data atual (MTD), começo do ano até data atual (YTD), do início da operação até hoje (LTD);
- (ii) cada relatório solicitado deve conter:
 - (ii.1) o operador, a periodicidade selecionado e a data/hora em que o relatório foi gerado; e
 - (ii.2) se para a periodicidade selecionada não tem nenhuma informação, apresentar a mensagem "Sem Informação" ou alguma outra semelhante.

b) Relatórios de Receita do Operador: o Sistema de Apostas de Eventos deve ser capaz de fornecer as seguintes informações necessárias para compilar um ou mais relatórios sobre a receita do operador para cada evento como um todo e para cada mercado individual dentro daquele evento que possa ser usado para informações de tributação do operador:

- (i) a data e hora em que o evento começou e terminou;
- (ii) quantia total de apostas coletadas;
- (iii) quantia total de ganhos pagos a jogadores;
- (iv) quantia total de apostas vazias ou canceladas;
- (v) tributos e retenções incidentes;
- (vi) identificadores de evento e mercado; e
- (vii) status do evento (em andamento, completo, confirmado etc.).

c) Relatórios de Responsabilidade do Operador: o Sistema de Apostas de Eventos deverá ser capaz de fornecer as informações necessárias para gerar um ou mais relatórios de responsabilidade do operador:

- (i) valor total retido pelo operador para as contas do jogador (se aplicável);
- (ii) quantia total de apostas feitas em eventos futuros; e
- (iii) quantia total de ganhos acumulados de apostas ganhadoras, mas não pagos pelo operador.

d) Relatórios de Eventos Futuros: o Sistema de Apostas de Eventos deve ser capaz de fornecer as seguintes informações necessárias para compilar um ou mais relatórios de eventos futuros do dia da aposta:

- (i) apostas feitas antes do dia de jogo para eventos futuros (total e por aposta);
- (ii) apostas feitas no dia de jogo para eventos futuros (total e por aposta);
- (iii) apostas feitas antes do dia de jogo para eventos ocorrendo neste mesmo dia (total e por aposta);
- (iv) apostas feitas no dia do jogo para eventos ocorrendo neste mesmo dia (total e por aposta);
- (v) apostas anuladas ou canceladas no dia de jogo (total e por aposta); e
- (vi) identificadores de evento e mercado.

e) Relatórios de Eventos Relevantes e Alterações: o Sistema de Apostas de Eventos deverá ser capaz de fornecer as informações necessárias para gerar um ou mais relatórios para cada evento relevante ou alteração, se aplicável:

- (i) data/hora do evento relevante e/ou alteração;
- (ii) Identificação do evento/componente (se aplicável);
- (iii) identificação do usuário que realizou e/ou autorizou o evento relevante ou a alteração;
- (iv) motivo/descrição do evento relevante ou alteração, incluindo o dado ou parâmetro alterado;
- (v) valor do dado ou parâmetro antes da alteração; e
- (vi) valor do dado ou parâmetro após a alteração.

9.2.2. Requisitos de Apostas em Eventos:

9.2.2.1. Em relação à Visualização da Aposta e Informação:

- a) Anúncio das Regras da Aposta: o operador deverá publicar as regras completas da aposta para os tipos de mercado e eventos oferecidos atualmente.
- b) Informações Dinâmicas da Aposta: as seguintes informações devem ser disponibilizadas sem a necessidade de fazer uma aposta. Dentro de um local, essas informações podem ser exibidas em um Dispositivo de Aposta e/ou em um indicador externo:
 - (i) informações sobre eventos disponíveis para apostas; e
 - (ii) probabilidades/pagamentos e preços atuais disponíveis. Estas informações devem ser exibidas com a maior precisão possível, considerando as restrições de atrasos e latências de comunicação.

9.2.2.2. Em relação ao processo de Fazer uma Aposta:

a) Efetuando uma Aposta: as seguintes regras aplicam-se à realização de uma aposta paga diretamente por um jogador no Dispositivo de Aposta:

- (i) o método de realização de uma aposta deve ser simples, com todas as seleções identificadas (incluindo sua ordem, se relevante). Quando a aposta envolve vários eventos (por exemplo, *parlays*), esses agrupamentos devem ser identificados;
- (ii) os jogadores devem ter a capacidade de selecionar o mercado no qual desejam apostar;
- (iii) as apostas não devem ser feitas automaticamente em nome do jogador sem o consentimento/autorização do jogador;
- (iv) os jogadores devem ter a oportunidade de revisar e confirmar suas seleções antes que a aposta seja enviada. Isso não impede o uso de apostas “de um clique” quando permitido pelo Credenciante e aceito pelo jogador.
- (v) deverão ser identificadas situações em que o jogador fez uma aposta para a qual as probabilidades/pagamentos ou preços associados mudaram e, a menos que o jogador tenha optado por aceitar automaticamente as alterações conforme permitido pelo Credenciante, fornecer uma notificação para confirmar a aposta considerando os novos valores;
- (vi) deverá ser fornecida ao jogador informação clara de que uma aposta foi aceita ou rejeitada (total ou parcialmente). Cada aposta deve ser reconhecida e claramente indicada separadamente para que não haja dúvidas sobre quais apostas foram aceitas;
- (vii) para apostas realizadas usando uma conta de jogador:
 - (vii.1) o saldo da conta deve ser facilmente acessível;
 - (vii.2) não deve ser aceita uma aposta que possa fazer com que o jogador tenha um saldo negativo; e
 - (vii.3) o saldo da conta deve ser debitado imediatamente quando a aposta é aceita pelo sistema.

b) Cupom da Aposta: após a conclusão de uma transação de aposta, o jogador terá acesso a um registro de apostas que contém as seguintes informações:

- (i) a data e hora em que a aposta foi feita;
- (ii) a data e a hora em que se espera que o evento ocorra (se conhecido);
- (iii) a escolha envolvida na aposta;
- (iv) quantia total apostada, incluindo quaisquer créditos promocionais/bônus (se aplicável);
- (v) número de identificação único e/ou código de barras da aposta;
- (vi) identificação do usuário que emitiu o registro de aposta;
- (vii) nome do local/identificador do *site*; e
- (viii) período de resgate do prêmio, se contemplado.

c) Encerramento do Período de Aposta: não será possível fazer apostas após o encerramento do período de aposta.

9.2.2.3. Em relação aos Resultados e Pagamento:

a) Visualização dos Resultados: o registro de resultados deve incluir acesso a todas as informações que possam afetar os resultados de todos os tipos de apostas oferecidas para aquele evento:

- (i) deve ser possível para um jogador obter os resultados de suas apostas assim que os resultados forem confirmados;
- (ii) qualquer alteração de resultados (por exemplo, devido a estatísticas/correções de linha) deve ser disponibilizada.

b) Pagamento de Ganhos: uma vez que os resultados do evento forem registrados e confirmados, o jogador receberá o pagamento de suas apostas vencedoras, observado, se for o caso, o período permitido para verificação da tributação incidente.

c) Resgate da Aposta Ganhadora: o resgate de uma aposta ganhadora será obrigatoriamente vinculado à conta do jogador, que atualizará automaticamente o saldo da carteira.

9.3. Os requisitos para homologação da plataforma através da qual a interessada no Credenciamento ofertará jogos de Apostas Esportivas de Quota Fixa serão objeto de verificação durante a realização da Prova de Conceito.

9.4. Não será permitido durante a realização da Prova de Conceito o uso de apresentações com slides ou vídeos, quando se tratar da confirmação das especificações técnicas funcionais.

9.5. A interessada no credenciamento será notificada via e-mail para a execução da prova de conceito em um prazo de até 10 (dez) dias corridos da convocação, sempre em horário comercial de funcionamento da LOTERJ, devendo para tanto, com pelo menos 05 dias de antecedência, manifestar ciência e confirmação da participação e do horário.

9.5.1 As notificações para execução da Prova de Conceito serão publicadas no *site* da LOTERJ (www.loterj.rj.gov.br) e comunicadas pelo e-mail de cadastro diretamente a Interessada, devendo as respostas ocorrerem pelo mesmo canal.

9.6 O não comparecimento da Interessada para a execução da Prova de Conceito da operação do jogo lotérico de Apostas Esportivas de Quota Fixa, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, ensejará sua desclassificação.

9.6.1. Mediante apresentação de requerimento da Interessada, cuja justificativa seja lastreada em fato superveniente (caso fortuito ou força maior), a Comissão Permanente de Licitação poderá conceder novo prazo, a bem da Administração Pública.

9.7. Se, no transcurso da Prova de Conceito, ou após a mesma, persistirem dúvidas quanto à qualidade do fornecedor ou dos serviços prestados, a LOTERJ poderá realizar diligência, buscando apurar seu processo de análise e elaboração, que deve ser consistente com as boas práticas de mercado de forma a dirimir riscos aos objetivos do presente Credenciamento.

9.8. Verificada a necessidade de diligência, será concedido prazo máximo de 5 (cinco) dias para adequações às exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência e Edital, podendo a Interessada antecipar-se.

9.9. Persistindo o não cumprimento de todas as exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência e Edital, ocorrerá a não homologação e conseqüente indeferimento do pedido de credenciamento.

9.10. A plataforma utilizada para a realização dos procedimentos previstos neste item será desenvolvida, mantida e atualizada, com a devida sustentação e suporte, às expensas e sob exclusiva responsabilidade da Interessada no credenciamento.

9.11. O resultado da prova de conceito homologando ou deixando de homologar o sistema apresentado constará de certidão própria expedida pela LOTERJ.

9.12. Expedida a certidão para homologação de que trata o item 9.11, caberá à LOTERJ lavrar ata conclusiva sobre a Prova de Conceito (PoC) autorizando a celebração do Instrumento de Termo de Credenciamento.

9.13. Constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, a interessada será declarada apta, sendo formalizado Termo de Credenciamento (Anexo VI deste Edital) para a exploração comercial em meio virtual, exclusivamente em ambiente de concorrência, da modalidade lotérica, prevista na legislação vigente, “aposta esportiva de quota fixa, relativa a eventos reais de temática esportiva”, conforme a necessidade da Administração.

9.14. O ato de credenciamento será formalizado por meio da assinatura de Termo de Credenciamento e não garante o início da prestação dos serviços, que se condiciona ao pagamento da outorga, conforme item 12 deste Edital.

10 – DOS RECURSOS À INABILITAÇÃO

10.1 Das decisões e dos atos no procedimento deste Edital caberá recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da notificação no *site* oficial da LOTERJ (www.loterj.rj.gov.br).

10.2 Após publicação da notificação, qualquer Interessada poderá manifestar a intenção de recorrer, através de *e-mail* (chamamentopublico_aeqf@loterj.rj.gov.br). As Interessadas poderão interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ficando as demais Interessadas desde logo intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 Os recursos serão dirigidos à Comissão com as exposições de fatos e de direito.

10.4 Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da documentação apresentada, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso anteriormente.

10.5 Interposto o recurso é facultado as Interessadas apresentar impugnação/contrarrazões ao recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.6 É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo requerente.

10.7 A decisão da Comissão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento as Interessadas, por meio de comunicação eletrônica.

11 – DA DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

11.1 Por ato interno da Comissão, será elaborado relatório circunstanciado contendo a indicação do requerente habilitado, e os fundamentos das eventuais inabilitações.

11.2 A Autoridade Superior da LOTERJ, à vista do relatório da Comissão, proferirá a sua decisão, confirmando a habilitação dos requerentes e autorizando o credenciamento visando à celebração do Termo de Credenciamento.

12 – PAGAMENTO DE OUTORGA DA PERMISSÃO E DA AUTORIZAÇÃO

12.1. Será cobrada uma OUTORGA quando da Expedição da Permissão ou AUTORIZAÇÃO para cada Credenciada no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), compreendendo todo período do credenciamento, de 5 (cinco) anos.

12.1.1. A partir do mês subsequente àquele da publicação do presente Edital, o valor da Outorga Fixa previsto será atualizado pela taxa *IPCA a.m.*, tomando-se por referência inicial da atualização a data de publicação do Edital e, como

referência final a data de início da vigência do Termo de Credenciamento.

12.2. A Credenciada terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do início da vigência do Termo de Credenciamento, para realizar o pagamento da Outorga em favor da LOTERJ - Loteria do Estado do Rio de Janeiro, em conta bancária constante do Termo de Credenciamento.

12.3. O prazo, de até 5 (cinco) dias úteis, mencionado no item anterior, é improrrogável.

12.4. Caso a Credenciada não faça o pagamento dentro do prazo previsto no item anterior, o seu processo de obtenção de Credenciamento será automaticamente cancelado.

12.5. Caso a Credenciada desista do processo de obtenção do Credenciamento após o pagamento da referida Outorga, poderá requerer a devolução do referido valor, em até 5 (cinco) dias úteis após efetuado o pagamento.

12.6. O prazo, de até 5 (cinco) dias úteis, mencionado no item anterior é improrrogável.

12.7. Realizado o pagamento da outorga, a Credenciada deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis aderir ao sistema de pagamento contratado pela LOTERJ e iniciar a operação dos serviços na sua integralidade, contemplando todas as exigências previstas no presente Edital e nas demais disposições estabelecidas no Termo de Referência, seus Anexos, bem como, no Termo de Credenciamento.

12.7.1 A operação da plataforma de apostas sem a vinculação ao provedor de sistema de pagamento da LOTERJ ensejará anulação do Termo de Credenciamento, sem devolução da quantia paga pela outorga.

12.8. Os prazos para entrega integral do objeto não devem isentar a Credenciada de alterar, reparar e/ou substituir a qualquer tempo, eventuais erros, vícios, falhas e demais situações que a Administração venha requerer para aperfeiçoamento funcional da plataforma conforme os detalhamentos definidos no Termo de Referência, Edital e Termo de Credenciamento.

12.9. A não disponibilização da plataforma no prazo estipulado acarretará na rescisão unilateral do Termo de Credenciamento.

13 – DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1 Uma vez homologado o resultado do processo de credenciamento, será convocado, por escrito e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a Interessada para assinatura do Termo de Credenciamento.

13.2 Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este Termo de Credenciamento está obrigado a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – Até 200 empregados... 2%;

II – De 201 a 500 empregados... 3%;

III – De 501 a 1.000 empregados... 4%

IV – De 1.001 em diante... 5%

14 – DO PRAZO

14.1 A vigência do Credenciamento objeto deste Edital será de até 5 (cinco) anos contados a partir da data de publicação do extrato do Termo no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOE/RJ), podendo ser antecipadamente rescindido pelas razões ou condições estabelecidas neste Edital.

14.1.1 Na hipótese da rescisão antecipada por advento superveniente de Concessão dos serviços objeto deste Credenciamento, o Poder Concedente lavrará ato administrativo próprio de rescisão e comunicará, com antecedência designada – e não inferior a trinta dias -, a rescisão unilateral dos Termos de Credenciamento celebrados, promovendo, em seguida, a devolução proporcional dos valores eventualmente correspondentes à outorga paga pelo tempo restante do período de 5 (cinco) anos não explorado pelo Credenciado.

14.1.2 A hipótese de rescisão antecipada prevista em razão de possível Concessão futura do objeto ensejará para o Credenciado apenas o direito à restituição proporcional do valor da taxa de outorga quitada pelo eventual tempo restante do período máximo de credenciamento (cinco anos), devidamente reajustada pelo *IPCA*, não gerando qualquer expectativa de outras indenizações ou compensações, sequer por alegadas perdas e danos, que ficam desde logo e expressamente renunciadas por todo e qualquer Interessado.

15 – DA GARANTIA

15.1. A Credenciada deverá manter em favor do Poder Concedente, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais e durante todo o Prazo da Credenciamento, Garantia de Execução do Credenciamento correspondente a 1% (um por cento) do Valor Estimado do Termo de Credenciamento para um ano.

15.2. O valor estimado do Termo de Credenciamento, para o primeiro ano, corresponderá ao valor da outorga; e, a partir do segundo ano e até o final do prazo, ao total de receitas brutas apuradas com a venda de produtos lotéricos e com o registro de apostas no ano-calendário imediatamente anterior.

15.3. A Credenciada deverá prestar ou complementar/atualizar a garantia contratual em até 5 (cinco) dias úteis após o início da operação dos serviços (no primeiro ano) ou até o 5º (quinto) dia útil do ano (a partir do segundo ano), podendo tal prazo ser prorrogado, mediante solicitação formal da Interessada, por um único e igual período.

15.4. É condição necessária para a manutenção das operações a prestação e/ou complementação da Garantia de Execução do Credenciamento.

15.5. O valor da garantia poderá ser alterado de acordo com as modificações posteriores do Plano de Negócio e do Termo de Credenciamento, para manter a proporcionalidade indicada no item 15.1 deste Edital.

15.6. A Garantia de Execução do Credenciamento poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

15.6.1 Caução em dinheiro.

15.6.2 Alienação fiduciária de bem imóvel, da titularidade da Interessada, livre e desembaraçado de qualquer dívida ou ônus, desde que com valor igual ou superior ao total da garantia.

15.6.2.1 A Credenciada deverá arcar com todas as despesas cartoriais relativas ao Registro do título da alienação fiduciária do bem imóvel dado em garantia em favor da LOTERJ.

15.6.3 Fiança bancária, fornecida por instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil.

15.6.4 Seguro-garantia a ser emitido por companhia seguradora nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, sendo requisitos obrigatórios das apólices:

I – Garantir a indenização no caso de a Credenciada descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei, do Edital de Credenciamento nº 01/2023 – LOTERJ ou de seus Anexos, do seu Plano de Negócio, do(s) seu(s) Plano(s) de Jogo(s) ou deste Credenciamento;

II – Vigência mínima de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da Credenciada;

III – Observar os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o disposto na Circular nº 477/2013 da SUSEP;

IV – Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;

V – Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e,

VI – Confirmado o descumprimento pela Credenciada das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Poder Concedente terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

15.7 Na hipótese da escolha de seguro-garantia, deverá ser apresentado o original da apólice em favor da LOTERJ, fornecido pela companhia seguradora, com firma reconhecida do segurador ou com assinatura digital.

15.8 A Garantia de Execução do Credenciamento será liberada, tão somente, após a extinção do Credenciamento.

15.9 A Credenciada deverá apresentar ao Poder Concedente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis antecedentes do encerramento da vigência da Garantia Contratual, documento comprobatório de renovação da respectiva garantia.

15.10 A Credenciada deverá apresentar ao Poder Concedente, o complemento anual da Garantia de Execução do Credenciamento, nos prazos estipulados pelo item 15.3 deste Edital.

15.11 A Credenciada permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da execução da Garantia de Execução do Credenciamento.

15.12 Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Termo de Credenciamento, a Garantia de Execução do Credenciamento poderá ser executada nos seguintes casos:

15.12.1. Quando a Credenciada não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma e no prazo previstos no Credenciamento; ou

15.12.2. Quando a Credenciada não efetuar, no prazo devido, o pagamento de prêmios, de quaisquer indenizações, ou ainda, outras obrigações pecuniárias de responsabilidade da Credenciada, relacionadas ao Credenciamento.

15.13 Sempre que o Poder Concedente utilizar a Garantia de Execução do Credenciamento, a Credenciada deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por até igual período, a contar da data de sua execução, sendo que, durante este prazo, a Credenciada não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo Termo de Credenciamento.

16 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. A Credenciada pagará à Concedente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de referência, a remuneração correspondente a 5% (cinco por cento) do *GGR (Gross Gaming Revenue)* na modalidade lotérica de Apostas Esportivas de Quota Fixa.

16.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do Termo.

16.3. O atraso nos pagamentos por parte da Credenciada à Concedente sujeitará ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, atualizado monetariamente pelo *ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação)*, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, bem como acrescido dos juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

16.4. O pagamento do percentual destinado a LOTERJ descrito no item 16.1 deste Edital, ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente à execução dos serviços.

16.5. A Credenciada deverá enviar a LOTERJ, via *Dashboard* e impresso, relatório contábil mensal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, com o balanço do período e as demonstrações financeiras, assinado por profissional legalmente habilitado para o exercício profissional ou pelo representante legal da Credenciada perante a LOTERJ.

16.6. Eventuais inconsistências no repasse por parte da Credenciada deverão ser compensadas juntamente com o pagamento do mês subsequente.

17 – DA PREMIAÇÃO

17.1 O termo “Premiação” engloba dois aspectos:

- (i) o valor que será destinado aos Apostadores, usualmente chamado de *payout*, e
- (ii) a frequência dos jogos.

17.2 Ficam determinado o percentual mínimo de premiação de 60% (sessenta por cento) de *payout* na modalidade lotérica de Apostas Esportivas de Quota Fixa.

17.3 Cabe à Credenciada a responsabilidade total e irrestrita pelo pagamento dos prêmios aos apostadores, com retenção legal dos tributos, utilizando obrigatória e exclusivamente o Sistema de Meio de Pagamento contratado pela LOTERJ para processamento dos pagamentos das apostas e prêmios dos seus produtos lotéricos.

17.4 Para o cumprimento do item anterior, a Credenciada obriga-se a aderir imediatamente ao Meio de Pagamento contratado pela LOTERJ para processamento dos pagamentos, sob pena de perda do Credenciamento e da respectiva Outorga.

17.5 A Credenciada somente poderá sacar o saldo dos fundos da sua conta junto à empresa contratada pela LOTERJ para processar pagamentos após o processamento dos valores dos prêmios e tributos vencidos e vincendos.

17.5.1 Entende-se por saldo positivo da Credenciada quando o valor total depositado por ele, descontados os valores dos prêmios e dos valores vencidos e vincendos de tributos, for positivo.

17.5.2 É vedado que a Credenciada realize saque de quaisquer valores quando não houver fundos suficientes para pagar os prêmios dos apostadores e os tributos vencidos e vincendos.

17.5.3 Os prêmios cujo valor seja igual ou inferior ao valor isento de imposto de renda devem ser pagos de forma imediata pela empresa processadora de pagamento contratada pela LOTERJ.

17.5.4 Os prêmios cujo valor seja superior ao valor isento de imposto de renda devem ser pagos em até 24 (vinte e quatro) horas pela Credenciada.

18 – DO IMPOSTO DE RENDA

18.1 Nos termos descritos no Termo de Referência Anexo I deste Edital, além do tributo devido pela empresa ou consórcio credenciada, relativamente à sua própria renda, a Credenciada é responsável pelo recolhimento do mesmo incidente sobre a premiação paga aos apostadores e assumirá, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Credenciamento, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

19 – RESPONSABILIDADE DO PODER CONCEDENTE

19.1 Sem prejuízo das obrigações constantes no Edital e no Termo de Credenciamento, são obrigações da Administração Pública concedente:

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução do Credenciamento, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- b) Aprovar os planos de jogos apresentados pela Credenciada, independentemente da execução imediata;
 - b.1) Após 20 (vinte) dias da apresentação (ou de apresentada), acaso não expressamente valorados, serão considerados aprovados.
- c) Promover diligências e/ou auditorias que julgar necessárias à verificação do cumprimento das obrigações da Credenciada, especialmente aquelas relacionadas ao cumprimento dos requisitos de segurança da informação e à garantia de execução do Credenciamento prestada pela Credenciada.

20 – RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

20.1. A Credenciada é responsável por danos causados à Credenciante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

20.2 Sem prejuízo das obrigações constantes no Edital e no Termo de Credenciamento, são obrigações da Credenciada:

- a) Elaborar planos de jogo;
- b) Providenciar e manter os recursos necessários à utilização adequada e eficiente do objeto;
- c) Executar, com efetividade e qualidade, todos os serviços necessários ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações e condições estabelecidas;
- d) Arcar com todos os custos relativos à aquisição, montagem, manutenção, operação e atualizações em infraestrutura necessária à execução da exploração dos serviços objeto deste processo de Credenciamento;
- e) Arcar com todos os custos relativos à publicidade e *marketing* dos jogos lotéricos a serem comercializados, de forma a fomentar o crescimento das receitas oriundas das loterias;
- f) Investir em *Marketing* e na promoção dos produtos por ele disponibilizados;
- g) Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos federais, estaduais e municipais devidos;
- h) Implementar, gerir e disponibilizar o suporte ao consumidor, possibilitando a esse o contato através de *Service Desk* e *Customer Experience*, a exemplo de *chat*, suporte *online* ou *call center*, com o intuito de solucionar eventuais problemas dos apostadores com a respectiva casa de aposta;
- i) Aderir ao provedor de sistemas de pagamentos contratado pela LOTERJ para processamento dos pagamentos referente às apostas e às premiações dos produtos lotéricos LOTERJ;
- j) Oferecer e fiscalizar serviços de gestão de risco e fornecimento de dados, em conformidade com a legislação vigente;
- k) Garantir os insumos necessários ao suporte operacional dos produtos oferecidos;
- l) Garantir a transparência dos jogos, via sistema de *streaming*, por exemplo;
- m) Responsabilizar-se pelas despesas administrativas, como pessoal, sistema e gastos oriundos da operação (*OPEX*);
- n) Responsabilizar-se integralmente pelos vínculos e demandas trabalhistas, bem como pelos terceiros que eventualmente sejam subcontratados;
- o) Inserir identidade visual da LOTERJ em suas campanhas publicitárias, cuja divulgação dependerá de apresentação à Concedente;
- q) Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este Termo de Credenciamento está obrigado a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 - I – Até 200 empregados... 2%;
 - II – De 201 a 500 empregados... 3%;
 - III – De 501 a 1.000 empregados... 4%
 - IV – De 1.001 em diante... 5%

20.3. Disponibilizar à LOTERJ, durante todo o período do credenciamento, acesso remoto eletrônico/*online* irrestrito à sua plataforma operacional (*dashboard*), disponibilizando neste canal relatórios gerenciais atualizados, que permitam o monitoramento do desempenho comercial, financeiro e contábil da modalidade lotérica objeto do presente Credenciamento.

20.3.a. Os referidos relatórios devem, obrigatoriamente, conter as seguintes informações sobre as operações/apostas realizadas:

- a. Relatório de volume de transações/apostas realizadas, com a possibilidade de selecionar período de data e horário;
- b. Relatório de *ticket* médio diário;
- c. Relatório perfil dos clientes, contendo dados pessoais do apostador (nome, idade, sexo, CPF, *e-mail*);
- d. Relatório de geolocalização dos apostadores, com identificação da localidade no Estado do Rio de Janeiro, classificação por município e volume de transações/apostas;
- e. Relatório de pontualidade de pagamento de prêmios, assim entendida a disponibilização do prêmio ao apostador contemplado;
- f. Relatório demonstrativo de pleno funcionamento da plataforma;
- g. Relatório de *share* dentre os jogos disponibilizados;
- h. Relatório de atendimentos aos clientes e intercorrências (SLA), contendo tempo médio de atendimento, quantitativos e tipos, além de estado das reclamações e encaminhamentos;
- i. Indicadores mensais com estatísticas gerais de apostadores x premiação;
- j. Comunicação de períodos de manutenção da plataforma (periodicidade);
- k. Comunicação de planejamento de lançamentos de mídias, *cashback*, bônus extras, etc;
- l. Relatório de pesquisas de satisfação dos clientes (amostragem inicialmente semanal, posteriormente mensal);
- m. Valor total da aposta realizada por período e valores de *GGR*;
- n. Relatório com a arrecadação bruta total por jogo em período informado e/ou solicitado pela LOTERJ;
- o. Total de prêmios pagos por jogo e *payout* médio em período informado por período e/ou solicitado pela LOTERJ;
- p. Total de prêmios prescritos por jogo, em período informado e/ou solicitado pela LOTERJ;
- q. Total de prêmios sem a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em período informado e/ou solicitado pela LOTERJ;
- r. Total de prêmios com incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em período e/ou solicitado pela LOTERJ.

20.3.b Além dos relatórios e *dashboards*, disponibilizar à LOTERJ, sempre que solicitado, cópia integral da base de dados dos usuários, incluindo micro dados, em formato a ser definido, que possibilitem que a Autarquia desenvolva pesquisas e estudos por conta própria para subsidiar tomadas de decisão e direcionamentos estruturais estratégicos.

20.3.c A Credenciada deverá apresentar, semestralmente, relatório de execução do Plano de Negócio, sob pena de multa de 0,5% do valor da arrecadação, com base nos artigos 86 e 87, inciso II, da Lei nº8666/1993.

20.3.d Os relatórios, documentos e informações previstos neste Edital deverão integrar banco de dados, em base eletrônica, conforme padrão determinado pela LOTERJ.

20.4. A Credenciada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do Credenciamento, podendo o Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

20.5. A Credenciada será obrigada a manter todas as condições habilitatórias do procedimento de credenciamento até a conclusão final do período da outorga.

20.6. A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 20.8 e 20.9 ensejará a imediata expedição de notificação à Credenciada, sendo assegurado o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

20.7. Permanecendo a inadimplência total ou parcial, a outorga será cancelada.

20.8. A Credenciada será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao Credenciamento, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

20.9. A Credenciada será obrigada a rerepresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd', do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade e houver sido solicitada pela LOTERJ.

20.10 A Credenciada deverá comprovar a disponibilização de 2 (dois) centros de processamento de dados (*Data Center*) distintos, próprios ou locados, certificado *ISO9001* e *TIER III e IV*, ou similares, para atendimento de suas obrigações contratuais.

20.10.1 Os referidos Centros de Processamento de Dados deverão atender integralmente aos critérios e requisitos descritos no Termo de Referência Anexo I deste Edital.

20.10.2. Em até 10 (dez) dias úteis contados do encerramento ou rescisão ou extinção do Credenciamento, todo o banco de dados dos clientes, das operações lotéricas, das movimentações financeiras e demais informações contidas em banco de dados oriundos dos jogos e clientes da LOTERJ deverão ser entregues na íntegra à LOTERJ, na plataforma em ambiente de nuvem.

20.10.2.1. Esta condição não exclui a obrigação da Credenciada em entregar estas informações a qualquer tempo, mediante solicitação da LOTERJ.

20.11 A credenciada deverá manter, na integralidade, a base de dados por 5 (cinco) anos, contados do fim do período do credenciamento, sob pena de multa de 0,5% do valor total arrecado com apostas durante a vigência do Credenciamento, com base nos artigos 86 e 87, Inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

20.12 A Credenciada deverá providenciar e manter Sistema de Segurança que garanta a integridade dos dados e que possibilite a recuperação de dados, a qualquer momento, por meio de *backup*.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

21.1. O não cumprimento das obrigações estabelecidas na legislação de regência, no Termo de Referência, no Edital de Credenciamento, no Termo de Credenciamento ou em Normativos expedidos pela LOTERJ ensejará a aplicação das penalidades previstas nesses instrumentos e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

21.2. As penalidades cabíveis são:

21.2.1. Advertência escrita;

21.2.2. Multa;

21.2.3. Impedimento de apresentação de novos Plano de jogos;

21.2.4. Suspensão da comercialização de produtos lotéricos;

21.2.5. Interdição de estabelecimento e apreensão de equipamentos de jogos lotéricos;

21.2.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a LOTERJ;

21.2.7. Caducidade do Termo de Credenciamento.

21.3. A aplicação de qualquer sanção prevista neste Edital:

21.3.1. Será sempre precedida do devido processo legal, sendo aplicada a sanção adequada prevista na legislação e segundo a natureza, a culpabilidade, a gravidade da falta cometida, a relevância do interesse público atingido, os antecedentes, as circunstâncias e consequências da conduta, o comportamento, com vistas a minorar ou reparar os danos causados, sempre respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

21.3.2. Não prejudica a aplicação de outras sanções previstas no Edital, no Termo de Credenciamento, na legislação de regência e/ou na regulamentação pertinente, aos quais a Credenciada se sujeita.

21.4. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo que se dará da seguinte forma:

21.4.1. O processo administrativo deve ser instaurado por decisão da Diretoria Operacional da LOTERJ, por meio de documento intitulado “ato de instauração de processo administrativo”, que deve:

a) descrever os fatos e as faltas imputadas a Credenciada;

b) indicar as penas a que ele está sujeito e, se for o caso, a rescisão contratual e demais cominações legais;

c) designar servidor ou comissão formada por servidores da LOTERJ para realizar o processo administrativo;

d) determinar a notificação da Credenciada para apresentar defesa, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da sua intimação.

21.4.2. A intimação deve ser realizada por meio eletrônico, desde que haja a confirmação de recibo por parte da Credenciada.

21.4.3. A defesa deve ser apresentada eletronicamente, por meio de *e-mail*.

21.4.4. O servidor ou comissão deve analisar eventual pedido de produção de prova realizado pela Credenciada, podendo, mediante decisão fundamentada, recusar as provas quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

21.4.5. A Interessada ou Credenciada tem o direito de acompanhar e participar da produção da prova, sendo comunicado de quaisquer diligências, vistorias, avaliações ou oitivas de testemunhas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, que devem ser levadas a termo, reduzidas em ata e, se possível, filmadas.

21.4.6. Produzida a prova, a Interessada ou Credenciada dispõe de 10 (dez) dias para a apresentação de alegações finais.

21.4.7. O processo, devidamente instruído, deve ser enviado à autoridade que firmou o Termo de Credenciamento ou outra definida em regra de alçada da LOTERJ, para que tome a decisão final, devidamente motivada, podendo-se utilizar como motivação o parecer da assessoria jurídica.

21.4.8. A Credenciada pode interpor recurso, em até 10 (dez) dias, sem efeito suspensivo, salvo se concedido excepcionalmente pela autoridade referida no item 21.4.7.

21.4.9. O recurso deve ser objeto de decisão motivada.

21.5. Nos casos em que a falta imputada a Credenciada o seja qualificada como atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme o art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, o processo administrativo deve seguir as regras desta lei e do Decreto Estadual 46.366, de 19 de julho de 2018 e alterações.

21.6. A LOTERJ poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos para imposição de penalidade, bem como a forma de aplicação das mesmas, no intuito de aprimorar a execução dos serviços prestados pelas Credenciadas da LOTERJ, respeitados o devido processo legal e a anterioridade da previsão da sanção.

21.7. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste Edital, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

21.8. O Poder Concedente sempre poderá, além de aplicar a devida penalidade, exigir a devolução de eventual montante que a Credenciada tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da Credenciada.

21.9. Nas infrações que, comprovadamente, decorram de força maior e/ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à Credenciada, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da Credenciada seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

21.9.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade.

21.9.2. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:

21.9.2.1. Força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do Termo de Credenciamento.

21.9.2.2. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente Termo, no Credenciamento ou em normativos posteriores, não resulta de culpa da Credenciada, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo administrativo.

21.10. Para fins de gradação das penalidades desse Edital, fica estabelecido:

21.10.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da Credenciada e das quais ela não se beneficie.

21.10.1.1. O cometimento de infração de gradação leve ensejará a aplicação de advertência e/ou multa pecuniária definidas nesse Termo.

21.10.2. A infração será considerada média quando decorrer de conduta inescusável, mas efetuada pela primeira vez pela Credenciada, sem trazer-lhe qualquer benefício ou proveito.

21.10.2.1. O cometimento de infração de gradação média ensejará a aplicação de advertência e/ou multa pecuniária definidas nesse Edital.

21.10.3. A infração será considerada grave quando o Poder Concedente verificar ao menos um dos seguintes fatores:

- a) Ter a Credenciada agido com má-fé;
- b) Da infração decorrer benefício direto ou indireto em proveito da Credenciada;
- c) A Credenciada for reincidente na infração;
- d) Quando o prejuízo decorrente da infração atingir de forma significativa o interesse público;

e) Quando a infração consistir em descumprimento de outra penalidade imposta pelo Poder Concedente.

21.10.3.1. O Cometimento de infração de gradação grave não ensejará a aplicação de advertência, mas sim das demais penalidades especificadas nesse Edital.

21.11. As decisões finais dos processos administrativos punitivos serão comunicadas à Credenciada e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

21.12. Os prazos para cumprimento das penalidades aplicadas terão início no primeiro dia útil seguinte à publicação a que se refere o item 21.11 desse Edital.

21.13 ADVERTÊNCIA ESCRITA

21.13.1. A advertência escrita consiste na comunicação formal aos responsáveis por condutas leves e médias e que ofereçam riscos menores à Administração, podendo ainda, se for o caso, ser fixado prazo para adoção de medidas corretivas (obrigação de fazer/não fazer).

21.13.2. Para a aplicação da advertência, penalidade mais branda, o processo administrativo deverá constatar a inexistência de má-fé da Credenciada, de intenção deliberada de inadimplir as obrigações assumidas e de reincidência.

21.14. MULTA

21.14.1. A multa será aplicada à Credenciada quando comprovado o atraso injustificado na execução do Credenciamento, ou descumprimento parcial ou total das obrigações contratuais e poderá ser aplicada juntamente com as demais sanções em função da natureza e gravidade do ilícito.

21.14.2. Os valores das multas serão calculados com base no valor total estimado para o período de Credenciamento e terá percentual máximo de 20% (vinte por cento), preservados os agravantes.

21.14.3. A definição do valor base da multa decorrente de conduta infracional eventualmente não especificada nesse Termo será estipulada mediante análise do caso concreto, devendo ser considerados, quando aplicáveis, os seguintes critérios de ponderação:

- a) As normas técnicas e de prestação de serviço;
- b) Os danos, efetivos ou potenciais, resultantes da infração, para o serviço e para usuários/consumidores,
- c) O número de usuários/consumidores atingidos pelo evento;
- d) As vantagens, efetivas ou potenciais, auferidas pela credenciada em virtude da infração praticada;
- e) Prejuízos potencial/efetivo causado à Administração Pública.

21.14.4. Serão aplicados decréscimos ou acréscimos aos valores base de multa em razão da constatação de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes, nas proporções a seguir:

21.14.5. São consideradas circunstâncias atenuantes:

- a) O reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa, do cometimento da infração objeto da apuração, devendo reduzir em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- b) O concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenha influência no resultado produzido, devendo reduzir em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa;
- c) A execução de medidas espontâneas da Credenciada (quando cabíveis), resultando na cessação da infração e recomposição das condições anteriormente existentes, no prazo para apresentação da defesa, devendo reduzir em 30% (trinta por cento) o valor base estabelecido para a multa; e
- d) inexistência de infrações, definitivamente julgadas, praticadas nos últimos 02 (dois) anos, devendo reduzir em 15% (quinze por cento) o valor base estabelecido para a multa.

21.14.6. São consideradas circunstâncias agravantes:

- a) Ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé, devendo incidir em 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- b) Não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo Poder Concedente, devendo incidir em 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- c) Praticar infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração, devendo incidir em 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
- d) A reincidência específica da Credenciada no cometimento da infração nos últimos 02 (dois) anos, devendo incidir em 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

21.14.7. As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias atenuantes e agravantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento).

21.14.8. As multas aplicáveis às infrações de natureza continuada incidirão da data/momento de início da infração até a data/momento em que esta seja finalizada, ou da data de decurso do prazo fixado, contratualmente ou por determinação do Poder Concedente, até a data em que seja verificado o adimplemento da obrigação ou o atendimento da determinação, sem necessidade de nova intimação para tanto.

21.14.9. Para efeito de cessação do cômputo da multa aplicável às infrações de natureza continuada, caberá a Interessada comunicar ao Poder Concedente a retomada do cumprimento da obrigação contratual ou o atendimento da determinação fixada, apresentando provas inequívocas dos fatos alegados, mediante o encaminhamento de relatórios que contenham laudos, inclusive fotográficos, se necessário, ou por outros meios aptos à comprovação das informações apresentadas.

21.14.10. O valor final da multa será reduzido em 10% (dez por cento) na hipótese de a Credenciada renunciar expressamente ao direito de apresentar recurso contra a decisão e reconhecer o cometimento da infração, no prazo regulamentar.

21.14.11. A renúncia de que trata o item 21.14.10 constitui confissão de dívida e, portanto, caso não seja efetuado o pagamento da multa, a inadimplência constitui instrumento hábil e suficiente para a inscrição do crédito no Cadastro de Inadimplentes, pelo seu valor originário.

21.14.12. O não recolhimento da multa no prazo 10 (dez) dias úteis, sem interposição de defesa ou recurso, ou no prazo estabelecido em decisão irrecorrível na esfera administrativa acarretará:

- a) Incidência automática de juros de mora correspondentes à variação ao mês da taxa *IPCA*, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento;
- b) Desconto do valor da multa direto da Garantia de contratual.

21.14.13. A redução do valor da Garantia contratual ensejará a abertura de novo prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por até igual período, para a sua reposição, pela Credenciada. Vencido este, e não tendo sido recomposta a garantia, incorrerá em nova multa, equivalente ao dobro da primeira e assim sucessivamente.

21.14.14. Quando o valor da garantia não for suficiente para cobrir as multas impostas, far-se-á o bloqueio da diferença na conta corrente bancária da Credenciada destinada a receber a arrecadação das apostas lotéricas.

21.14.15. As multas deverão ser pagas mediante depósito identificado em nome da Credenciada, em conformidade com as condições estabelecidas no processo administrativo de apuração, não sendo admitidas compensações de quaisquer espécies.

21.14.16. Após o recolhimento da multa, a Credenciada deverá encaminhar uma via do respectivo comprovante, devidamente autenticado e sem rasuras, ao Poder Concedente, que procederá ao encerramento do processo administrativo de apuração.

21.14.17. Os valores das multas aplicadas no âmbito dos Termos de Credenciamento da LOTERJ serão revertidos em favor do Poder Concedente.

21.14.18. TABELA DE INFRAÇÕES:

ITEM	INFRAÇÃO	MULTA
	Comercialização da LOTERJ	
1	Agir com fraude na comercialização do produto lotérico objeto deste Credenciamento	1%
2	Comercializar Plano de Jogo sem a homologação do Poder Concedente.	1%
3	Efetuar mensagens publicitárias em violação às melhores práticas exaradas pelas entidades certificadoras de loterias.	0,2%
4	Não inserir, no canal de Aposta Virtual, as informações e advertências sobre jogo responsável.	0,2%
5	Não coibir comportamentos inadequados dos Usuários, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas.	0,2%
6	Descumprir a limitação de comercialização de produtos lotéricos relacionados à LOTERJ exclusivamente dentro do território do Estado do Rio de Janeiro.	1%
7	Não pagamento dos prêmios aos ganhadores da LOTERJ, nos prazos estipulados nos respectivos Planos de Jogos aprovados pelo Poder Concedente.	2%

	Remuneração do Poder Concedente	
8	Utilizar artifícios para a obtenção de recursos virtuais/fictícios para a prestação de contas, e/ou para reduzir valores a serem repassados ao Poder Concedente ou pagos como premiação aos Apostadores.	1%
9	Frustrar ou atrasar o pagamento devido ao Poder Concedente a título de percentual relativo à exploração comercial da LOTERJ, na forma do Termo de Credenciamento.	0,5%
	Consumidores/Apostadores	
10	Não divulgar adequadamente ao público em geral, e aos apostadores em particular, a adoção de procedimentos especiais na ocorrência de situações excepcionais.	0,2%
11	Não oferecer aos consumidores quaisquer dos canais de comunicação exigidos.	0,5%
12	Não manter uma ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos consumidores ou de terceiros afetados pela prestação do serviço.	0,5%
	Fiscalização	
13	Não corrigir irregularidades indicadas pelo Poder Concedente, quando da sua fiscalização, no prazo de 30 (trinta) dias ou no prazo anotado no próprio termo ou criar empecilhos, não colaborar ou não cumprir com as determinações do Poder Concedente no tocante ao seu poder de fiscalização.	0,1%
14	Não apresentar os relatórios, documentos e informações quando devidamente solicitado.	0,1%
15	Impedir livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas, pelo Poder Concedente ou verificador independente, da fiscalização aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas com o objeto do Credenciamento.	0,2%
16	Deixar de apresentar laudo específico de auditoria independente conforme os prazos estabelecidos neste Termo.	0,5%
17	Não cumprimento da obrigação de fazer / não fazer indicada na advertência aplicada, dentro do respectivo prazo.	0,3%
	Certificação	
18	Não apresentar as certificações de qualidade/conformidade exigidas no Termo de Credenciamento, Edital/Termo de Referência, no prazo assinalado.	0,8%
19	Agir em desconformidade com as certificações de qualidade exigidas para a operação da LOTERJ	1%
20	Não renovar as certificações de qualidade nos prazos estabelecidos	0,8%
	Garantia Contratual	
21	Não manter a garantia contratual válida, vigente e nas condições previstas no Termo de Credenciamento, durante toda a vigência contratual.	0,5%
22	Não apresentar ao Poder Concedente comprovação de reajuste anual da Garantia Contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, tendo como data-base a data da assinatura do Termo de Credenciamento.	0,1%
23	Não apresentar ao Poder Concedente, em até 10 (dez) dias úteis antes do término do prazo de vigência da garantia contratual, documento comprobatório de renovação da respectiva garantia.	0,5%
	Encargos da Credenciada	

25	Descumprir/alterar o Plano de Negócio aprovado pelo Poder Concedente	1%
26	Proceder à alteração de controle acionário e/ou de participação do acionista da Credenciada que forneceu o atestado de qualificação técnica para menos de 15% (quinze por cento), sem a prévia e expressa anuência do Poder Concedente	1%
27	Ensejar a declaração de caducidade do Credenciamento.	20%
28	Não manter durante todo o prazo da Credenciamento todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas no Credenciamento.	0,5%

21.15. IMPEDIMENTO DE APRESENTAÇÃO DE NOVOS PLANOS DE JOGOS LOTÉRICOS

21.15.1. O impedimento de apresentação de novos Planos de Jogos Lotéricos consiste na suspensão temporária, imposta pelo Poder Concedente à Credenciada, de aprovação de Plano de Jogos para a comercialização da LOTERJ sendo aplicável também para os Planos de Jogos já em processo de análise pelo Poder Concedente.

21.15.2. O Poder Concedente poderá impedir a apresentação de novos Planos de Jogos Lotéricos, por até 6 (seis) meses, quando a Credenciada se recusar a cumprir determinação imposta nas decisões proferidas nos processos administrativos de apuração, na forma e prazos fixados.

21.15.3. O impedimento de que trata esse tópico poderá ser consignado na decisão do processo administrativo punitivo de forma a incidir imediatamente após o transcurso do prazo de cumprimento voluntário da obrigação fixada, e afastará a hipótese de aprovação tácita por decurso de prazo prevista neste Edital.

21.16. SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE JOGOS LOTÉRICOS

21.16.1. A suspensão da comercialização de jogos Lotéricos consiste na suspensão temporária, imposta pela LOTERJ, pelo prazo de até 6 (seis) meses, a Credenciada que:

- a) Agir com fraude na comercialização de Aposta Física ou Aposta Virtual;
- b) Comercializar Plano de Jogo sem a homologação do Poder Concedente;
- c) Descumprir a limitação de comercialização de produtos lotéricos relacionados à LOTERJ exclusivamente dentro do território do Estado do Rio de Janeiro;
- d) Não pagamento dos prêmios aos ganhadores da LOTERJ nos prazos estipulados nos respectivos Planos de Jogos aprovados;
- e) Utilizar artifícios para a obtenção de recursos virtuais/fictícios para a prestação de contas, e/ou para reduzir valores a serem repassados ao Poder Concedente ou pagos como premiação aos Apostadores;
- f) Não apresentar as certificações de qualidade/conformidade exigidas no Termo de Credenciamento, Edital/Termo de Referência, nos prazos assinalados no presente edital;
- g) Agir em desconformidade com as certificações de qualidade exigidas para a operação da LOTERJ;

21.16.2. Determinada a suspensão da comercialização de jogos lotéricos, pelo Poder Concedente, o Credenciada deverá tomar todas as providências para a preservação dos direitos dos consumidores tais como pagamentos dos prêmios já atribuídos, informações claras e precisas de que os jogos estão suspensos, dentre outras que forem cabíveis no caso concreto.

21.17. INTERDIÇÃO DA OPERAÇÃO

21.17.1. A LOTERJ poderá, após regular processo administrativo de apuração, proceder à interdição da Credenciada, nos casos em que não houver o voluntário cumprimento da suspensão da comercialização de jogos lotéricos na forma e prazo estabelecidos no item 21.16.

21.17.2. A LOTERJ fará a notificação do responsável pelo *e-mail* de cadastro ou contato oficial da Credenciada, acompanhada de cópia da decisão do processo administrativo de apuração que culminou na penalidade.

21.18. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A LOTERJ PELO PRAZO DE ATÉ 2 (DOIS) ANOS.

21.18.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a LOTERJ poderá ser aplicada no caso de cometimento de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, quando conduzirem à decretação da caducidade do Credenciamento, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- a) a natureza e a gravidade da infração;

- b) a presença de dolo da Credenciada ou de seus prepostos;
- c) o dano resultante ao Poder Concedente ou aos consumidores;
- d) as vantagens auferidas pela Credenciada em decorrência da infração cometida;
- e) a adoção de medidas pela Credenciada para minimizar os danos causados pela infração;
- f) a situação econômica e financeira da Credenciada, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do Credenciamento;
- g) os antecedentes da Credenciada;

21.18.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a LOTERJ será aplicada por prazo não superior a 02 (dois) anos e observará os seguintes parâmetros:

- a) Se não se caracterizar má-fé, a suspensão deve ser de 6 (seis) meses;
- b) Caracterizada a má-fé, a suspensão deve ser de 1 (um) ano e, no mínimo, de 6 (seis) meses, mesmo que aplicadas todas as atenuantes cabíveis.

21.18.3. As suspensões podem ser qualificadas nos seguintes casos:

- a) em $\frac{1}{2}$ (um meio), se o sancionado for reincidente;
- b) em $\frac{1}{2}$ (um meio), se a falta do sancionado tiver produzido prejuízos relevantes para a LOTERJ.

21.18.4. As suspensões podem ser atenuadas nos seguintes casos:

- a) em $\frac{1}{4}$ (um quarto), se o sancionado não for reincidente;
- b) em $\frac{1}{4}$ (um quarto) se a falta do sancionado não tiver produzido prejuízos relevantes para a LOTERJ;
- c) em $\frac{1}{4}$ (um quarto) se o sancionado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la;
- d) em $\frac{1}{4}$ (um quarto), se o sancionado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade;

21.18.5. Nas hipóteses em que não ficar caracterizada má-fé ou intenção desonesta e o sancionado contemplar, cumulativamente, os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”.

21.19. CADUCIDADE DO CREDENCIAMENTO

21.19.1. A caducidade do Credenciamento poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

- a) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- b) a Credenciada descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes ao credenciamento;
- c) a Credenciada paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- d) a Credenciada perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
- e) a Credenciada não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- f) a Credenciada não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e
- g) a Credenciada não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, no curso do credenciamento, na forma do art. 38 da Lei Federal 8.987/1995.

21.19.2. A declaração da caducidade do credenciamento deverá ser precedida da verificação da inadimplência da Credenciada em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

21.19.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à Credenciada, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item 18 e seus respectivos subitens deste Edital, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

21.19.4. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

21.19.4.1. A indenização, eventualmente devida, será calculada descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Credenciada.

21.19.5. Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Credenciada.

22 – DA DESISTÊNCIA

22.1 Nos termos do Termo de Referência Anexo I deste Edital, a Credenciada poderá manifestar interesse na desistência do Credenciamento e solicitar a devolução da quantia paga a título de Outorga Fixa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do início da vigência do Termo de Credenciamento.

22.2 A LOTERJ terá prazo de 10 (dez) dias úteis para analisar os pedidos de desistência e efetuar a devolução das quantias pagas a título de antecipação da outorga.

22.3 Considerando a natureza da quantia paga a título de antecipação da outorga, sua devolução não gera qualquer direito à correção monetária relativa ao período em que permaneceu depositada na conta bancária da LOTERJ, salvo se, por culpa exclusiva desta, não for respeitado o prazo estabelecido no item anterior.

22.4 Findo o prazo estipulado no item 22.1, fica vedada a desistência do Credenciamento, tampouco solicitar devolução de qualquer quantia paga, devendo, obrigatoriamente, no caso de não cumprimento do prazo pactuado, arcar com o pagamento de multa, a título de indenização, do valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor estimado do Credenciamento.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do certame de credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

23.2. A critério da Comissão Permanente de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

23.3. O presente certame poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

23.4. O objeto do presente certame poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

23.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

23.6. Ficam os participantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

23.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

23.8. O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Credenciamento e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

23.9. Acompanham este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Declaração pela interessada que Existem Soluções Tecnológicas

Anexo III - Declarações Exigidas para habilitação

Anexo IV - Declaração de Proponente Estrangeira de Documentos Equivalentes

Anexo V - Declaração pelas sociedades ou entidades estrangeiras que não funcionam no Brasil, de ciência de submissão à legislação da República Federativa do Brasil

Anexo VI - Termo de Credenciamento

Anexo VII - Requisitos da Prova de Conceito (PoC)

Anexo VIII - Declaração Relativa ao Compromisso de uso do Meio de Pagamento Oficial da LOTERJ na Operação

Anexo IX - Requerimento para Credenciamento

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2023.

Hazenclever Lopes Cançado
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Hazenclever Lopes Caçado, Presidente**, em 25/04/2023, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **50917278** e o código CRC **EEDAAF86**.
